

O SILENCIO, A ESCOLA E O SISTEMA EDUCACIONAL

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges (UEMS)

igoralexandre@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por intuito discutir e problematizar a respeito do porque, que velhos paradigmas e velhas ideologias são revestidos, mas, quase sempre não são desconstruídos, eles não entram no bojo de assuntos que são tão importantes quanto à arrecadação de verba que mantém a escola de portas abertas. Será isso fruto de um sistema educacional sucateado e cheio de falhas, que vai desde desvios de verbas, como também, a falta de preparação dos profissionais que não se importam em desconstruir velhas ideologias a este sistema, que já se encontra com o pé na cova? Nesse sentido, salientou-se ainda a figura da escola e outros assuntos, que contextualizam em torno deste quesito. Assim sendo, nos dias de hoje, a escola possui em sua lista de problemas não apenas o problema de repasses da verba pública, mas, também, a mesma não consegue se desvencilhar da figura de máquina que oprime e joga para a margem social, enquanto educa. O trabalho se fundamentou segundo Marisa Lajolo, Roxane Rojo, Paulo Freire, Regina Zilberman, Michel Foucault, Jacques Derrida entre outros que trabalham em concretizar não somente, a qualidade ímpar da leitura, da literatura, construções ideológicas, assim como, elementos e estruturais histórico-sociais que mostram a estrutura social brasileira e o enriquecimento de velhos paradigmas, que precisavam ser desconstruídos das salas de aulas.

Palavras-chave: Sistema educacional. Escola. Segregação. Ideologia. Desconstrução.

1. *Introdução*

Não é difícil encontrar pessoas que desacreditam da educação pública brasileira e depositam insatisfações no sistema educacional que possuímos. Existe uma aura que está vinculada à ideia de que nosso sistema educacional é/está ultrapassado, não somente pela visão organizacional como também, por causa da falta de criticidade apresentada em relação aos assuntos de cunho educacional, e, também, pela visão tecnicista que vem sendo semeada em torno do ensino médio.

Uma das situações que pode ser observada é que, os currículos educacionais são/possuem conteúdos que não abrangem toda a diversidade da sociedade brasileira, isso pensando em sentido amplo, ou em específico, como, por exemplo, em questões em torno da linguagem usada pelos aprendizes, como também, conteúdos que não os representam em quase nada dentro do organismo que é a sociedade onde estes aprendizes estão inseridos, ou seja, principalmente sua realidade. Isso claro, se pensarmos nas tantas escolas de periferias que o nosso país possui.

Quando o refletir é feito em relação ao aspecto mencionado, percebe-se que, a escola está se orbitando a zona das instituições que segrega de forma cruel, pois, na atualidade, a educação é vista como comercio, o conhecimento é visto como mercadoria que é vendida nas *empresas de ensino*¹⁷⁵, e, além de ser lucrativo este comercio é tendencioso, isso claro, estamos pensando nas escolas que estão no âmbito particular, e que neste momento não é o foco do trabalho.

O ensino público, além de ser esmagado por propostas descabidas e descontextualizadas, e, nos saltam aos olhos tamanho descaso e desrespeito com o sistema ao perceber-se como ele se encontra sucateado, algumas escolas, as poucas que ainda se mantém de pé, são forçadas a aderirem uma aprovação compulsória¹⁷⁶, pois, se não a verba que irá ser destinada para ela no ano seguinte pode ser cortada em fatias, justamente, por não conseguir suprir as expectativas de um Estado que busca quantidade e não qualidade.

No entanto, é sabido que a escola, hoje, é pressionada por um pensamento que só funciona na teoria e não enxergam quase nada da realidade da educação no país, dos profissionais que com salários ridículos sustentam uma das pilas mestras da sociedade, da parte física das instituições que não possuem suporte estrutural para manter o ensino integral, de recursos que são lapidados e usurpados cada vez mais, e, que em uma permuta funesta sempre açoita essa ou a saúde, outro viés que divide de forma medonha o troco com a educação, e que para a maioria da sociedade, a parcela proletária, principalmente, precisa de ambas para subsistir pelas vielas sociais que existem no país.

¹⁷⁵ O vocábulo, empresas, está sendo utilizado para marcar de forma clara a ideia de ensino consolidado com uma visão empresarial, perdendo quase que totalmente a ideia de instituição, ou seja, aquela antiga ideia vinculada a figura da academia, ou em outras palavras, no lugar onde se consegue não somente a formação intelectual, em seu quesito de adquirir conhecimentos, mas também, o lugar onde o indivíduo possa se desenvolver enquanto ser humano, aprendendo direitos e também deveres.

¹⁷⁶ Elemento primário para que se ocorra de forma velada o afastamento para as margens as classes sociais menos abastadas. Pois, a partir do momento que apenas se aprova, perde-se por completo o que nas palavras de Paulo Freire (1994, p. 12) muito nos representa neste momento, a saber: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Estas possibilidades caem por terra, a partir do momento em que apenas passar o aluno é importante. Pensando-se apenas na verba do ano seguinte que a escola receberá a menos ou a mais, dependendo da situação que o aluno for colocado. Situação horripilante, que é predominante na educação brasileira.

A figura responsável de possibilitar uma melhora considerável no aspecto social do país é a figura do professor, e isso já virou clichê na boca de muitos, porém, aqui no trabalho a figura do professor é vista como Paulo Freire salientava, ou seja, do professor facilitador, do professor educador, a figura do professor enquanto formador de opinião, formador de cidadãos, cidadãos que em um recorte específico de tempo precisarão estar preparados não somente intelectualmente, como também, para a vida em sociedade, a figura deste profissional não é vista somente como o professor – profissional da educação (comerciante de conhecimento), que entra em sala de aula, e com apenas seu livro didático, giz e um apagador tenta de todas as formas o ano todo, transmitir o mínimo do mínimo de conhecimento para o alunado. E, que no caso do ensino particular, de forma assoberbada enfia garganta a baixo tudo que puderem nos alunos, que além de saturados em alguns casos podem não estar preparados para aquele tipo de situação.

O posicionamento dos bons professores perante a realização de tarefas que desenvolvam o senso crítico dos alunos é visto como certo tipo de problema, pois, em um sistema sucateado como se encontra o sistema brasileiro de ensino público, proporcionar o enriquecimento cultural dos alunos, além de algo difícil de realizar devido às inúmeras barreiras que precisam ser transpassadas é, também, um ato de liberdade, de consolidar o aluno autônomo, ato este, que incomoda em muito a elite e o governo, principalmente, se este aluno for de alguma das várias minorias que compõe o país.

Temos em nossa história o prestígio conferido à figura do professor, que afirmado por Roxane Rojo (2009, p. 86) nos mostra que era uma profissão que conferia *status* às moças de classe média alta, e agora é ascensão social para as classes menos favorecidas da sociedade. Toda essa diversificação da sala de aula vem de projetos de inclusão social e redução dos níveis de analfabetismo no Brasil. Algo que desconstrói de forma quase proficiente a formação da tão famigerada massa de manobra, encontrada muito bem sedimentada no Brasil.

Outro fator que marca nosso ensino é a grande variedade de cultura, linguagens e gêneros que a escola não conseguiu acompanhar em seus currículos, marginalizando a parcela da sociedade a quem chamam de minoria, sendo esses excluídos de dentro das próprias salas de aula, os outros saberes, as outras visões de mundo, a outra forma de criar sentido na aprendizagem. Visões, como, por exemplo, a medicina através das plantas, ou a orientação de povos mais antigos pelas estrelas ou posição

do sol apenas para saber as horas.

O conhecimento começa a ser negado as minorias, quando o texto da reforma escolar, isso pensando, principalmente, no Estado do Mato Grosso do Sul, do ensino médio excluí da grade escolar disciplinas que ajudam a compor o pensamento crítico, como, por exemplo, a literatura. O que se alega é um ensino “modernizado”, “focado”, no que dizem ser para a profissionalização do jovem aprendiz, tornando essas matérias optativas dentro da área de conhecimento escolhidas por eles.

Mas a crítica sobre o assunto é única, longe de querer debater sobre capacidade de decisão de um jovem entre 14 e 16 anos, ou suas constantes mudanças de opinião, afinal quem é capaz de realmente saber nesta idade o que se quer da vida. O que se levanta de relevante no assunto é, justamente, a restrição ao conhecimento, uma vez em que as escolas poderiam incentivar a pesquisa em sala de aula, tornando o aluno realmente autônomo em seu aprendizado e o levando com mais segurança a escolha de sua profissão, o que vemos são pessoas envolvidas em assuntos educacionais com “notório saber”, e sem prática de sala de aula, ou que realmente estejam preocupados com a situação educacional no país.

O fortalecimento das ideologias conservadoras e excludentes, por outra hipótese que será discutida também neste trabalho, acontece por falta de um ensino em que o foco seja realmente a formação intelectual do aluno, em que a experiência docente, das escolas públicas mostram jovens entre 14 e 16 anos optando por projetos educacionais como o EJA (Educação de Jovens e Adultos), seja pela situação de reprovação, privação da liberdade e entre outros. Se formos colocarmos no papel, e buscar de forma crítica a visão do EJA, podemos constatar que, ele é um dos meios escolhido para engessar o aprendizado de forma concisa e densa, isso pode ser observado pensando no seguinte princípio, se com os anos regulares de ensino o alunado ainda precisa amadurecer em inúmeros aspectos, imaginemos em um programa em que, o aluno por este período de forma mais atropelada do que a forma convencional.

Como se deve pensar ou no que se deve pensar para que as escolas públicas realizem o trabalho de inclusão de forma lúcida, objetiva, clara? Por que o sistema educacional não consegue lidar com a existência de uma diversidade cultural, de gênero e linguagens dentro da sala de aula? O que está engessando o sistema educacional brasileiro e não permitindo a inclusão social dentro de nossas salas de aula? Essas são questões que precisam estar orbitando a todo o momento em nossas mentes.

Sabemos que a desconstrução de paradigmas não é feita de um dia para o outro, mas existem questões que não se calam e continuam circularmente se apresentando nas discussões, uma delas é de quem seria essa responsabilidade? Levando em conta que, nossa constituição é basicamente não levada a sério pelos governantes. A reponsabilidade é apenas da escola, que de forma mórbida assiste esse massacre calada, ou da sociedade como um todo, que em uma completa inversão de valores, transferiu à escola a educação de seus filhos, terceirizando educação familiar?

O que realmente se vê é uma escola sucateada, profissionais desvalorizados, pessoas não habilitadas dentro de sala de aula sem um diploma de licenciatura, e, as que o possuem em alguns casos não possuem conhecimento, ou estão ali porque, vale mais a pena estar dentro da sala de aula, do que trabalhar no comércio ou em outro setor em que se paga menos pelo trabalho realizado, ou que ainda não consolidaram o olhar sobre o ensino como prática social. Isso tudo, e nem citamos os milhares de professores, licenciados e preparados para as disciplinas de história, química, física, literatura, entre outros, que simplesmente ficarão sem sala de aula no que dependa da reforma do ensino médio.

2. Primeiro tópico

O sistema educacional causa o afastamento para as margens da sociedade, ou busca agregar valores que impulsionam os alunos para alvejar um futuro digno? A escola é usada com uma dualidade maléfica, pois, se direcionarmos o olhar para ela enquanto ensino privado tem-se instituições, literalmente, vendendo conhecimento não se importando em enxergar pressupostos, como, por exemplo, sociais, históricos, políticos, neste sentido, concordamos com a fala da Cecília Maria B. Coimbra (1986, p. 14), quando afirma que “somos profissionais, muitas vezes, do superficial: enfatizamos a relação professor/aluno, a melhoria dos currículos, a modernização das técnicas e métodos de ensino, desvinculando-os de todo um contexto histórico, social, político e econômico”.

As ponderações aqui se relacionam de forma direta com o mencionado anteriormente, pois, enxergamos a escola como a instituição que possui maior poder no quesito de luta. O elemento motriz para que novos pensamentos e propostas sejam alvejados devem ser pensado, pois, se observarmos o caminho que a escola vem percorrendo em sua trajetória, e, tudo que é imposto e cobrado na figura da mesma, seria grande hipocrisia afirmar que, a escola tem se desenvolvido de forma lúcida ou pro-

digiosa, não se trata aqui de delimitar soluções rápidas e práticas, quiçá, superficiais para sanar problemas que se arrastam por décadas, não somente no sistema educacional, sendo pensado em sua estrutura funcional, como também, no quesito da visão que é estabelecida da sociedade para com a instituição e a figura do professor, este que se encontra como coadjuvante de toda a história que vem sendo escrita, peça fundamental para que o ensino consiga alcançar o mínimo de qualidade.

A figura do professor aqui é visto como a figura do professor educador-facilitador, ao observar isso, percebe-se que se outorga sobre a figura dele uma das suas funções que socialmente pode de forma progressiva construir e desconstruir inúmeros preconceitos e pensamentos que devem ou deveriam ser desconstruídos da sociedade, como, por exemplo, o preconceito racional, a visão sexista, o machismo (visão patriarcal em que vivemos), entre tantos outros que estão de forma velada inseridos em nosso contexto social, e, que as pessoas deixam passar e não se apegam em desconstruir estes pensamentos ociosos e cheios de ranço e rancor que se arrastam por décadas.

Esta ação que faz parte do todo das funções do professorado, que é formar o aluno enquanto cidadão é uma ação perigosa, pois, ao pararmos para refletir na situação do profissional que está realizando esta função, hoje, pode-se constatar que, a maioria dos profissionais do ensino são levados, quase coagidos, a aceitar um sistema falho e cheio de vícios, em que ou se aceita, entra e faz parte, ou é esmagado por ele, e, conseqüentemente, o desemprego bate a porta do profissional, que na maioria esmagadora das vezes, aceita a representar o papel que lhe é destinado.

A busca desenfreada e sedenta por resultados constrói um discurso segregador / constrói estereótipos, ou que impõe apenas uma perspectiva de pensamento ou filosofia é o que estamos vendo acontecer todos os dias dentro do universo escolar, ideologias excludentes e discursos de ódio sendo reproduzidos até por aqueles que deveriam visar o desenvolvimento crítico dos alunos, e incentivar o desenvolvimento pessoal de cada educando dentro de sua individualidade, estimulando a capacidade de criação dentro dos limites de aceitação e respeito às diferenças, e preservando acima de tudo as conquistas sociais.

Neste sentido, o ato de segregação é realizado ao passo que, a escola não tem mais a preocupação de formar indivíduos críticos, e que, realmente, consigam enxergar não somente as ideologias construídas ao seu redor para não se tornarem massa de manobra, mas também, consi-

gam desmistificar os laços desta conjuntura que chamamos de sociedade, conseguindo organizar de forma lúcida a visão crítica a respeito de assuntos que podem variar desde as suas obrigações até os seus direitos assegurados por uma constituição que, a grande maioria dos casos, eles não tiveram contato, e, talvez nunca tenham. Como também, questões como Cecília Maria B. Coimbra salienta em sua fala quando afirma que,

Raramente em nossos cursos de formação faz-se uma análise política e ideológica de nossa função enquanto educadores numa sociedade dividida em classes. "Estamos sendo formados para servir a quem? Para propiciar e desenvolver o que? Para reforçar o poder de quem? Somos levados a refletir criticamente sobre o mundo que nos cerca? Sobre como nos inserimos neste mundo e como poderíamos dele participar de forma mais ativa e transformadora?" (COIMBRA, 1986, p. 15)

A reflexão mencionada pela autora é o que se deveria tentar realizar nas escolas, e, na figura do ensino público a situação é ainda mais precária, pois, estamos vivendo dias sombrios em relação a exercer nossa função como educadores, e principalmente, no quesito de conseguir responder as perguntas salientadas por Coimbra. Nas palavras da mesma autora, Estamos sendo formados para servir a quem? desenvolvendo o que? reforçando o poder de quem? E, estamos levando nossos alunos a refletir criticamente sobre o mundo que nos cerca? Questões como estas são muito importantes para se repensar não somente a prática pedagógica do professor, pois, em muitos casos o profissional é colocado contra a parede, e tem que dar conta de situações que estão além da sua jurisdição.

Este desenvolver da criticidade deve ser pensado não somente pela figura do professor, mas principalmente por ele, porque para que estas ações sejam realizadas a escola deve se posicionar, enquanto instituição de ensino. Visando sempre dar subsídios intelectuais suficientes para o alunado, independentemente, de qual posicionamento político-filosófico que o professor tenha. Pois, a partir do momento que este pensamento é misturado ao ensino, o desconstruir pensado aqui com pressupostos Derriandianos, ou seja, de se encontrar o ponto de entrada do discurso, e a partir daquele traço procurar tracejado que de forma regular e irregular sedimentará o autoapagamento destes velhos paradigmas, construindo novos pensamentos, ou seja, ao mesmo tempo em que se apaga se constrói.

A visão da desconstrução que estamos nos apegando aqui, não é uma visão destrutiva, pelo contrario, é uma visão que busca desconstruir, reorganizar, reler, ressignificar, ainda que este termo vem se tornando banalizado é no sentido do trabalho um viés que ajuda a ver o todo e partir de um princípio para que se tenha um norte, e, progressivamente, se

inicie um manuseio dos elementos desconstrutores e crie o construir no desconstruir.

Ainda neste sentido, salientar a ideia de ideologia (ou construção ideológica) toma-se aqui por base as reflexões de Marilena Chauí (1980), para enfatizar nossa perspectiva de ideologia e discurso de poder, a autora remonta a primeira vez em que a palavra surge em uma publicação com data em 1801 em um livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'idéologie (Elementos da Ideologia)*, Cabanis, De Gérando e Volnei, os autores pretendiam elaborar uma ciência da gênese das ideias tratando-as “como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano (...) com o meio ambiente” (CHAUÍ, 1980, p. 10), a partir destes escritos a autora cita quatro desses elementos que seguem, “querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)”.

A autora relaciona cada um destes pontos para fechar seus escritos sobre o tema, e um apenas fortalece o outro na ordem do discurso para que se possa lhe assegurar o poder. Desde 1812, até nossos dias, os manifestos ideológicos ainda soam de forma pejorativa, como forma de imposição de ideias ou opressão por parte de grupos sociais, após uma declaração de Napoleão ao conselho de Estado, segue: “todas as desgraças que atingem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, esta tenebrosa metafísica que, (...), quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições de história” (CHAUÍ, 1980, p. 10-11), distorcendo por completo o que as marchas ideológicas sociais almejam alcançar.

Verifica-se neste ponto, que nem sempre é feito bom uso do conhecimento, do texto ou do discurso, que se aplica a cada um segundo seus próprios interesses, desde que não afetem sistemas herméticos que não permitam questionamentos, ou qualquer outra forma de pensamento crítico que gere relações de interação entre leitor e texto, ou que nunca permitam que a leitura nunca deixe de ser um ato de decodificação entre um sistema escrito para outro (oral) (ROJO, 2009, p. 77), e que em nossas escolas apenas se ensine à junção entre sílabas para formar palavras, sem contextos, sem leituras sociais, e ainda mais, sem ensinar a desconstruir os velhos e obsoletos paradigmas que existem em nossa sociedade, que tanto precisam ser desconstruídos para que nos tornemos mais humanos.

3. Segundo tópico

Atualmente, os desafios da educação vão além dos muros escolares, em teoria a educação deve ser a causa da mudança social e intelectual do alunado, “falar a língua desses alunos, vivenciar seus problemas no – além-muro”, pode não ser tarefa fácil, mas, com certeza não é impossível, uma vez que, a escola consiga aliar a comunidade a seu favor, fazer com que cada pessoa se envolva em suas atividades no cotidiano. Nas escolas brasileiras, um dos grandes desafios do ensinar é possibilitar uma aprendizagem relevante.

O domínio do código da leitura e da escrita não nos torna seres superiores, ou detentores do conhecimento máximo, tampouco sujeitos (multi)letrados, integrados às práticas sociais de nossas comunidades, visto que, grande parte dos jovens chegam ao ensino médio sem uma boa relação com a leitura, as vezes até sem relação nenhuma, isso cria de certa forma, uma alienação no indivíduo que não consegue alcançar certos conhecimentos que estão literalmente dependendo da realização das inúmeras leituras que fazemos no decorrer da nossa vida.

Nesta perspectiva, é interessante ressaltar o que Louis Althusser menciona sobre a prática do ensino e o ensino prático, a saber:

(...) o que se aprende na Escola? (...) (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores etc.). Aprendem-se, portanto "saberes práticos". Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo que ensino estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as "regras" dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. (...) diremos que a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, "pela palavra" a dominação da classe dominante. Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam "saberes práticos", mas em moldes que assegurem a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da "prática" desta. (ALTHUSSER, [s./d.], p. 20, 21 e 22)

O ponto aqui é, justamente, o elo entre a leitura do mundo, e o mundo da leitura, o despertar da criticidade de cada indivíduo e a afirmação de sua identidade como cidadão, ou seja, o que não anda acontecendo

com a reorganização do sistema de ensino e caminho pelo qual a educação está sendo forçada a seguir. O que está em discussão aqui, não é somente a leitura que se faz de textos escolares, literários ou acadêmicos, mas, também, o tipo de leitura que está se fazendo de contextos sociais, uma das finalidades pensadas quando se trata de colocar em prática a desconstrução das ideologias construídos no âmbito escolar, e que raramente, existem propostas que buscam efetivamente desconstruir os paradigmas pré-estabelecidos, Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça salientam o seguinte a respeito do papel social da leitura, a saber:

A leitura é considerada uma atividade ao mesmo tempo individual e social. Individual porque depende do processamento que cada sujeito realiza para compreender, isto é, depende da realização de operações mentais como percepção, análise, síntese, generalizações, inferências, entre outras. Social porque, quando alguém lê, o faz em contextos específicos de interação e isso envolve diferentes comportamentos, atitudes e objetivos na situação comunicativa. A leitura envolve tanto a decifração do código ou decodificação propriamente dita quanto à construção de sentidos (ou construção de coerência) (SANTOS & MENDONÇA, 2005, p. 16)

Marisa Lajolo (1997, p. 46-51) faz considerações pertinentes neste mesmo sentido, analisando uma poesia de Cecília Meireles, retratada em um livro didático. “O Vestido de Laura” é o poema, e, após uma análise profunda na métrica, sintaxe e semântica do poema feita pela autora, o que Marisa Lajolo questiona é o exercício proposto pelo livro, uma prática sem contextualização que ao educando não é permitido expor sua vivência, ideias, ou ainda, que o aluno possa expressar realmente o que o texto representa em seu contexto sócio familiar.

As práticas de leitura e produção de textos desenvolvidos na escola, relacionadas a um “letramento escolar”, não se adequaria, conforme certas expectativas, ao desenvolvimento socioeconômico-cultural de nossa sociedade, em que os indivíduos convivem em contextos em que a escrita se faz presente de forma mais complexa. O ensino tradicional de alfabetização em que primeiro se aprende a “decifrar um código” a partir de uma sequência de passos/etapas, para só depois se ler efetivamente, não garante a formação de leitores/escritores. (SANTOS & MENDONÇA, 2005, p. 19)

Neste ponto, vale a pena ainda falar que, a contemplação de elementos que ancoram uma interpretação contextualizada é importante para o aluno, principalmente, se se pensar que é a partir disso este aluno começará a desenvolver sua proficiência como leitor/escritor e sujeito que progressivamente irá digerindo as várias camadas que a sociedade se compõe. E, não somente o ensino prático, superficial, que não desenvolve nada além de mecanicidade ao aluno, e, prepara o mesmo para realizar leituras mais densas e profundas.

Explorar elementos textuais que contribua para um relacionamento mais intenso com os alunos e o texto em particular nas mais variadas esferas da linguagem, em que cada leitor possa se sentir dono do texto, podendo interpreta-lo, refaze-lo e redesenha-lo de forma significativa daquilo que o autor deixou como silêncio, e não fique apenas como forma de exercícios repetitivos e sem relevância e enfadonhos. Nesse sentido, cabe ressaltar a fala de Umberto Eco (2003, p. 14-15) quando afirma que “o mundo da literatura é um universo no qual é possível fazer testes para estabelecer se um leitor tem o sentido da realidade ou é presa de suas próprias alucinações”, ainda nesse sentido o mesmo autor afirma que:

(1) A leitura de obras literárias nos obriga a um exercício de fidelidade e de respeito na liberdade da interpretação. Há uma perigosa heresia crítica, típica de nossos dias, para a qual de uma obra literária pode-se fazer o que se queira, nela lendo aquilo que nossos mais incontroláveis impulsos nos sugerirem. Não é verdade. As obras literárias nos convidam à liberdade de interpretação, pois propõem um discurso como muitos planos de leitura e nos colocam diante das ambiguidades, da linguagem e da vida. (ECO, 2003. p. 12)

As possibilidades oferecidas pela ideia de desconstruir internamente, de forma cíclica as ideologias propagadas não somente pelas instituições de ensino, mas também, pelas empresas de ensino, oferece ao indivíduo em escolarização uma educação além da sala de aula, nas afirmações supracitadas de Matos, pode-se perceber de forma clara a forma que a escola deveria se pensar na organização do ensino, principalmente, esse sendo público, pois, a parcela que é contemplada é quase sempre desafortunada, ou seja, precisa da instituição para conseguir sobreviver nas selvas de pedras, e se manterem um uma situação em que, a alienação é um elemento que propaga uma ácida segregação social, ao passo que, a figura destes indivíduos se apresenta de forma quase total desprestigiada, e, em torno dos mesmos é construído um estereotipo que os delimitam de forma problemática socialmente pensando. Sendo assim,

(...) vemos que o conceito de cidadania envolve a tomada de decisões, ou práticas sociais por parte de sujeitos ativos localizados sócio historicamente e, ao mesmo tempo, imersos numa sociedade altamente globalizada. A educação para a cidadania dentro de novos conceitos de participação independente, competente e crítica do educando, é um dos principais objetivos do letramento crítico. (MATOS, 2015, p. 177)

Ao observar o mencionado, tanto pelos estudiosos que mostram que a leitura é algo que ajuda o indivíduo a transpor barreiras, como também, a questão que ela é a chave mestra para da o impulso inicial para que o indivíduo se enxergue e consiga enxergar a sociedade em que vive como também, é um dos meios que a escola possui para iniciar discus-

sões que consigam desagregar esta aura que é propagada da ação funesta que hoje, infelizmente, é construída no íntimo escolar.

As bases sociais de formação do alunado iniciam-se quando ele adentra a vida escolar, ou deveria iniciar-se assim, neste sentido, ler tem um sentido mais amplo comparado ao ato de decodificar letras associando-as aos sons das sílabas, porém, socialmente, não é o que temos em prática hoje. A falta de uma leitura de qualidade e descontextualizada afeta bem mais que a vida escolar do educando, a falta desta leitura influencia sua vida social. Segundo Roxane Rojo (2009, p. 75-79) a prática da leitura está completamente ligada à vida social do aluno que por sua vez, está associada à sua capacidade de compreensão de mundo, de textos, de checagem de hipóteses, de retomada de informações, de comparação de informações, de generalização, de produção de inferências locais e globais, do próprio autoconhecimento e da constante construção e desconstrução que fazemos de nos mesmos a todo o momento de nossas vidas.

Dentro de cada uma dessas capacidades a autora mostra a relevância da aprendizagem individual, crítica, participativa e colaborativa dos educandos que ainda “como um ato de se colocar em relação a um discurso/texto ou com outros discursos anteriores a ele, (...), gerando novos discursos textos” é uma forma que mais se aproxima ao conceito de letramento do que de alfabetismo. (ROJO, 2009, p. 79)

Deve-se então, buscar a priorização das práticas sociais da educação, não nos fixando nos moldes ditos tradicionais e engessados, destinando ao aluno percepções usuais, como, por exemplo, da literatura, em uma nova visão da realidade no que nos referimos ao ensino com inclusão social baseado nos escritos de Roxane Rojo. A visão de inclusão aqui é delimitada mais na organização intelectual do alunado. Este aspecto deve conter principalmente elementos que se sedimentem a vida do aluno (aspecto da realidade social em que o aluno) com a formação/ alfabetização que ele precisa para ser um indivíduo que terá plenas condições de transitar por entre os vários discursos, preconceitos, paradigmas, setores, vielas, entre tantas outras coisas que ainda existem no âmbito social.

Organizar o rompimento entre os discursos opressores e excludentes sociais da colonização intelectual, propondo que haja o incentivo à criticidade por parte dos professores aos educandos é o início da grande revolução que estamos pensando aqui no trabalho, este olhar pode se apresentar como audacioso, porém, é necessário que se faça, pensando, principalmente, nas parcelas de nossa sociedade onde a grande maioria é

de baixa renda ou de renda razoavelmente média.

A discussão de temas como este é colocar o dedo na ferida aberta que temos em nossa sociedade, e que, aparentemente, poucos estão preocupados em realizar a problematização do assunto, ou seja, é necessário trazer à tona questões que ultrapassem e transpassem a vida escola. Ir a escola não é um ato apenas vinculado à alfabetização, mas pode e deve ser visto como um ato revolucionário, que demanda tempo, dedicação e que deve ser tratado com o maior respeito e responsabilidade possível.

A possibilidade de erudição, intelectualização e libertação das amarras sociais (ideologia dominante), tendo como foco o despertar, despertar este que deve ser visto como um elemento de resistência, e, que principalmente, a figura do professor deve proporcionar, pois, a área da educação é a que mais possui possibilidades de atingir de forma proficiente o melhoramento e desmantelamentos das mazelas sociais, se não de forma completa, mas, tentando mesmo que de forma progressiva, permitindo que novos questionamentos abalem as estruturas sociais e educacionais.

Em outras palavras, um dos vieses é incentivar a pesquisa dentro das escolas acerca do que é ensinado nos currículos escolares. Colocando a par os alunos, não somente dos deveres, mas também, dos direitos deles. Esta ação pode criar no alunado o despertar do olhar mais crítico em relação a sua trajetória intelectual, seria o movimento contrário do que vemos hoje, da organização tecnicista do ensino, retomando a fala de Louis Althusser, quando fala em sua obra sobre o ensino prático em prol da hegemonia da ideologia dominante. Por esta perspectiva, vale parar e refletir, para que estamos alfabetizando e letrando indivíduos? Este letramento e a alfabetização mecanizada servem para que? Existe um jogo de forças e relação de poder por de trás de toda esta estrutura organizacional, que procura desatrelar do ensino básico e mesmo do ensino superior os elementos que desenvolvam criticamente o alunado?

4. Terceiro tópico

A escola procura desconstruir os pré-conceitos que existem em nossa sociedade? Esta é uma pergunta perigosa. Será que com todos os anos que o Brasil já possui, seu sistema educacional continua o mesmo? Outro ponto que causa náuseas ao se pensar a respeito, é que em nosso país a escola está segregando e esmagando contra as margens da socie-

dade enquanto “educa”. Ao se pensar nestes pontos, a primeira coisa que nos salta aos olhos é que, a educação não é para todos. Mas, neste ponto reside um problema, pois, é um direito assegurado pela constituição de 1988.

E agora escola? E, agora professores? Qual seria o melhor posicionamento dos docentes em relação a estes assuntos? A educação tem vivido momentos truncados, e a figura do professor algumas vezes de maneira controversa, mais aliena do que realmente produz algo de relevância em relação à intelectualização dos seus pupilos. Neste sentido Coimbra faz apontamentos que até os de hoje são extremamente atuais e relevantes a serem pensados em relação ao todo educacional, a saber:

A escola, que se coloca como neutra, tem por finalidade ensinar os valores e costumes de determinada classe social, colocando-os como naturais e universais. Ao lado das informações chamadas científicas e mesmo embutidas nelas, temos uma ideologia que mostra o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau. A competição, a submissão à ordem estabelecida, o medo às autoridades e o respeito à hierarquia são mostrados e ensinados como se sempre tivessem existido e, portanto, passam a ser percebidos como naturais. É neste lugar que se aprende, com esses valores, a se tornar um “bom” e “respeitável” cidadão. A hierarquia que existe em nossa sociedade ali se reproduz e nisso a disciplina desempenha um papel fundamental, através das punições e castigos. É o que Michel Foucault chama de poder disciplinar, um dos dispositivos sociais mais importantes, notadamente na Escola. Esta, portanto, não é a fonte de enriquecimento pessoal e social. É, ao contrário, local onde as práticas da classe dominante são ensinadas e fortalecidas, práticas que são essencialmente políticas. Com isso, cai o mito da neutralidade e cientificidade da Escola. A escola que se coloca aberta a todos, que é vista como democrática, e trata a todos da mesma forma, não tem responsabilidade pelos fracassos escolares. O grande número de repetências e evasões passa a ser explicado como responsabilidade dos alunos e suas famílias. Se não conseguem aprender é porque são inferiores, mal alimentados, carentes, material e emocionalmente. Com isso, a escola inculca um outro mito, o da inferioridade e marginalidade desses alunos que, de um modo geral, pertencem às classes populares. Ou seja, passa a ser natural os filhos da classe trabalhadora não aprenderem, pois são inferiores. Escamoteiam-se, assim, todas as práticas de exclusão existentes no interior da Escola, que selecionam e são responsáveis pela divisão: bons e maus alunos. (COIMBRA, 1986, p. 15)

Neste ponto do trabalho, procuramos vincular a visão do desenvolvimento do alunado como um todo, e da melhor maneira possível, deve-se procurar realizar a desconstrução ideológica, desconstruir os pré-conceitos e tantas outras coisas que hoje cabe à escola, mesmo ela tendo optado ou não, por esta responsabilidade. Por que afirmamos que cabe a ela? A escola é a instituição que alcança inúmeros indivíduos, independente, de suas idades, isso é algo que basicamente ela possui. No sentido

de enxergarmos a qualidades das inúmeras leituras que podem ser feitas em seu íntimo, concordamos com a fala de Eneida Maria de Souza (2009, p. 35) quando afirma que, “leituras desconstrutoras têm o mérito de deslocar saberes consolidados, de se entregar a prática do jogo ambivalente de conceitos [...] Transgredir¹⁷⁷ é o gesto herdado por excelência”.

Luís Fernando Medeiros de Carvalho (1992, p. 94) salienta que, “a produção de Jacques Derrida se caracteriza, pela transformação, pelo escape a qualquer centramento”. Esta visão pode ser transportada para a realidade do ensino, a partir do momento em que, decidimos ministrar o ensino de forma a atrela-lo a realidade. Desmantelando o máximo possível da abstratividade, das construções ideológicas nos textos, nos variados contextos que existem no universo escolar, pois, temos de vários conteúdos e vinculando-os a realidade do aluno que devem ser trabalhos, e, as portas devem ser abertas para dar liberdade, retomando a Fala de Paulo Freire, construir e produzir conhecimento não apenas “adquiri-lo”.

Um ensino mais dinâmico, mais produtivo e menos ocioso no sentido de relevância e finalidade. Paralelo a este pensamento, a ideia da desconstrução deve traçar um risco, e, a partir do já construído nos alunos, deve partir da aporia, ou seja, por junto ou sobre alguma coisa, unindo o conhecimento de mundo do alunado as leituras realizadas com o conhecimento mais refinado, que teoricamente, deveria ser aplicado nas escolas. A partir desse tracejado que Jacques Derrida menciona, deve-se sobrepor e criar o elo do que já foi construído com o elemento do autoapagamento que Evandro Nascimento salienta e explica na obra; “Derrida e a Literatura: 'notas' de literatura e filosofia nos textos da desconstrução”.

A manutenção dos processos de poder por meio do discurso é a prática mais comum de dominação social/intelectual, a relação educando/educador foi analisada por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987), em uma relação que sempre foi vista como transferências de co-

¹⁷⁷ Transgredir é usado aqui no trabalho com sentido denotativo, que seria: ir além de; atravessar. Ir além dos muros da escola como estamos salientando no trabalho, e atravessar no sentido de criar uma ponte onde o aluno possa transitar livremente entre as várias realidades sociais existentes, e não fique preso ou atrelado à um nível tão prático de ensino, de leitura, e de profundidade de pensamento que o mesmo não consiga possibilitar para ele mesmo alvejar novos ares, novas conquistas intelectuais, em outras palavras, seria a possibilidade de não se tornar joguete a partir de pressupostos de um dominação intelectual que o enxerga apenas como uma engrenagem, mais um tijolo para o construir social.

nhecimentos, sendo que, o professor sempre teve o poder por ser o portador do conhecimento, repassava discursos que não deveriam ser questionados pelos educandos nem mesmo interpretados, deveriam apenas serem reproduzidos. Estabelecer relações de poder do professor para com o aluno não tem nada a ver com aprendizagem ou respeito, e sim apenas com o controle, e seja este controle relacionado à “organização”, e ainda complementa Paulo Freire, “encher” os educandos de conteúdos de sua narração (FREIRE, 1987, p. 37), uma mera transmissão de conhecimentos, o repasse do discurso outrora obtido quando ainda era aluno, sem levar em consideração a significação do conteúdo discursivo, se este, vai atingir o público alvo.

Pior que não atingir o público, é continuar a insistir em um discurso excludente, que trate o aluno apenas como alguém que precise do conteúdo “transmitido” pelo professor, que precisa da nota dada pelo mesmo, como se aquele discurso fosse um conteúdo que preencheria um recipiente vazio, assim não levando em conta o lado social da educação, nem a visão de mundo do aluno tivesse relevância em sua própria aprendizagem. O discurso pode então mecanizar, deixar estático e sem produtividade o ensino, ou torna-lo amplo e inclusivo, esses discursos de poder são analisados a partir de uma sociedade subdesenvolvida e com estruturas ainda frágeis como a nossa. Formar cidadãos que combatam discursos opressores por meio da leitura e escrita voltados à prática social é o intuito, jamais invalidando outras teorias pedagógicas, mas, acreditando na inclusão escolar por meios pouco explorados, incluindo novas formas avaliativas.

Mostrar-se ameno, brando e até mesmo “imparcial” em um discurso, seja ele de qualquer ordem ideológica é impossível, uma vez que o discurso é de dualidade simultânea com a sociedade e as literaturas e um está completamente ligado ao outro, Michel Foucault nos mostra essa impossibilidade dizendo que antes que venhamos emitir uma voz, “ela já nos precedia há muito tempo” (FOUCAULT, 1999, p. 02), e isto tem ligações íntimas com a visão de mundo que cada um carrega consigo.

5. Considerações finais

Permitir a autonomia do educando, oxigenar suas ideias a fim de que sua criticidade seja estimulada a partir de autorreflexão que tenham relevância em sua aprendizagem, fazer este indivíduo perceber o sistema social no qual está inserido é um sistema orgânico, vivo, e como tal sem-

pre haverá algum discurso de manipulação. Seja esta manipulação midiática, discursiva ou escrita. Outro ponto importante é ressaltar a importância da cultura miscigenada brasileira, que em muitas vezes é desvalorizada entre os jovens. Estabelecer conexão escolar entre a arte, cultura e sociedade é um desafio que adentra nossas portas escolares, do mesmo modo é fazer com que este ensino saia das salas de aula, e se repita na vida de cada um desses alunos, fazendo-os compreender que arte e cultura estão simultaneamente conectadas, e que o conceito de cultura trazido apenas pelos dicionários brasileiros é insuficiente para definir apenas como um objeto.

Ao se utilizar o pensamento reflexivo, e prática verdadeira do letramento atingimos a atenção dos alunos e assim podemos (re)significar suas práticas discursivas, uma vez em que, nossa sociedade se comunica por meio do conceito de signos, e estes são “marcados pela sua época e por um grupo social determinado” (CARDOSO, 2010, p. 02), ou seja, permitir o questionamento e incentivar a criticidade no ensino altera o significado da linguagem, pois, a interpretação de determinados signos depende unicamente do ouvinte, a quem se dirige o discurso.

Em suma, a construção de paradigmas não é algo novo em nossa sociedade, muito menos nos textos que foram e são lidos. Mas a concepção do profissional (aqui pensando na figura do professor/educador, assim como podemos ver nos estudos de Paulo Freire), não deve estar ofuscada, e ele deve pensar de forma crítica, observar e mostrar todo e emaranhado ideológico que existe a seu redor, esse tipo de perspectiva deve ser trabalhada com os alunos, pois, o caleidoscópio de possibilidades do aluno chegar a centrar-se e enxergar-se dentro da construção social serão muito maiores, e o material que possibilita esta ação ímpar é o posicionamento do professor enquanto educador e formador de opinião.

E, é justamente, esta criticidade somada a um pensamento que traga fora dos vieses estabelecidos como certos socialmente, é que podemos mostrar ao alunado que, a autocrítica e autorreflexão são elementos chave para que tornemos melhores, não somente como pessoas intelectuais, mas também, como seres humanos mais humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad.: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Biblioteca Universal Pre-

sença; [São Paulo]: Martins Fontes, [s./d.].

ANDRADE FILHO, Bento de. *História da educação*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1941.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio – OCEM: linguagens códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Ana Carolina. Linguagem, discurso e ideologia. *Linguagens e Diálogos*, vol. 1, n. 1, p. 122-127, 2010.

CARVALHO, Luís Fernando Medeiros de. Desconstrução. In: ____; JOBIM, José Luís. (Orgs.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHAUÍ, Marilena: *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Trad.: Eliane Junke. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fofense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A pedagogia da autonomia*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAJOLO, Marisa: *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1997.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina: *A leitura rarefeita*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2009.

NASCIMENTO, Evandro. *Derrida e a literatura: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. *Noções de história da educação*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.

REIS, Leonardo Borges. *Linguagem e política no pensamento de Chomsky*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ROJO, Roxane. *Diversidade cultural e de linguagens na escola: Pedagogia dos multiletramentos*. São Paulo: Parábola, 2012.

_____. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia. *Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. 1. ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOARES, Eliana Aparecida Prado Verneque. *Momentos de letramentos críticos e suas implicações nas aulas de língua inglesa no ensino médio de uma escola pública*. 2015. Dissertação (de mestrado em letras). – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

SOUZA, Eneida Maria de. Santiago, um dos leitores de Derrida. *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAISS*, vol. 1. Campo Grande: UFMS, 2009.

ZILBERMAN, Regina. Sim, a literatura educa. In: ____; SILVA, Ezequiel Theodoro. *Literatura e pedagogia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.